

The Sérgio Buarque De Holanda's Weberian Thought as an Explanation for Corruption in Brazilian Society

Jordana de Moraes Neves

Received: 7 December 2019 Accepted: 3 January 2020 Published: 15 January 2020

Abstract

The present article aims to expose more precisely the influences of Max Weber's thinking on Sérgio Buarque de Holanda's main work: *Raízes do Brasil*. Considering that the work of Holanda represents a fundamental contribution to the sociological studies on corruption in Brazil, it is necessary, in order to reduce recurring misunderstandings, a detailed presentation of the Weberian theoretical basis and its incorporation along *Raízes do Brasil*. Holanda's perspective on the constitutive elements of Brazilian culture and institutions is in constant dialogue with Weberian notions of "traditional domination," "affective social action," "patrimonialism," and "traditional social action". Such conceptions are circumscribed in the great theory of social rationalization produced by the German sociologist and, in the work of the Brazilian historian, result in the diagnosis of a society deeply oriented by personalism, traditionalism, patrimonialism and cordiality. Finally, we tried to demonstrate how these characteristics of Brazilian society still benefit the practice of corruption insofar as they do not produce the formally rationalized culture, guided by the valorisation of the legal norms compliance, and do not create rigid and impersonal institutions to limit the relations between the public sphere and the private sphere

Index terms— corruption; roots of Brazil; Sérgio Buarque de Holanda; Weberian sociology; Brazilian social studies.

Resumo-O presente artigo visa expor, de modo mais preciso, as influências do pensamento do sociólogo Max Weber na principal obra de Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*. Considerando que a obra de Holanda representa uma contribuição fundamental aos estudos sociológicos sobre corrupção no Brasil, faz-se necessário, para reduzir malentendidos recorrentes, um detalhamento da base teórica weberiana e sua incorporação ao longo de *Raízes do Brasil*. A perspectiva de Holanda a respeito dos elementos constitutivos da cultura e das instituições brasileiras dialoga constantemente com as noções weberianas de "dominação tradicional", "ação social afetiva", "patrimonialismo" e "ação social tradicional". Tais concepções circunscrevem-se na grande teoria da racionalização social produzida pelo sociólogo alemão e, na obra do historiador brasileiro, resultam no diagnóstico de uma sociedade profundamente orientada pelo personalismo, pelo tradicionalismo, pelo patrimonialismo e pela cordialidade. Por fim, buscou-se demonstrar como tais características da sociedade brasileira favorecem, ainda hoje, a prática da corrupção na medida em que não produzem uma cultura formalmente racionalizada, orientada pela valorização do cumprimento de normas legais, e não criam instituições rígidas e impessoais a ponto de restringir relações promíscuas entre esfera pública e esfera privada.

Palavras-chave: corrupção; raízes do Brasil; Sérgio Buarque de Holanda; sociologia weberiana; pensamento social brasileiro.

Abstract-The present article aims to expose more precisely the influences of Max Weber's thinking on Sérgio Buarque de Holanda's main work: *Raízes do Brasil*. Considering that the work of Holanda represents a fundamental contribution to the sociological studies on corruption in Brazil, it is necessary, in order to reduce recurring misunderstandings, a detailed presentation of the Weberian theoretical basis and its incorporation along *Raízes do Brasil*. Holanda's perspective on the constitutive elements of Brazilian culture and institutions is in constant dialogue with Weberian notions of "traditional domination," "affective social action," "patrimonialism,"

2 A) CORRUPÇÃO COMO NOÇÃO SOCIOLÓGICA

46 and "traditional social action". Such concepts are circumscribed in the great theory of social rationalization
47 produced by the German sociologist and, in the work of the Brazilian historian, result in the diagnosis of a
48 society deeply oriented by personalism, traditionalism, patrimonialism and cordiality. Finally, we tried to demonstrate
49 how these characteristics of Brazilian society still benefit the practice of corruption insofar as they do not
50 produce the formally rationalized culture, guided by the valorisation of the legal norms compliance, and do not
51 create rigid and impersonal institutions to limit the relations between the public sphere and the private sphere.

52 Keywords: corruption; roots of Brazil; Sérgio Buarque de Holanda; Weberian sociology; Brazilian social studies.

53 1 I.

54 Introdução partir da primeira metade do século XX, um conjunto admirável de pensadores se dedicou a analisar
55 os elementos constitutivos da sociedade brasileira, produzindo algumas das mais célebres obras sobre nosso país.
56 Com diferentes ênfases, abordagens e perspectivas, tais pensadores expuseram aspectos, até então, obscuros de
57 nossa formação econômica, nossa organização institucional, nossas práticas políticas e nossa cultura.

58 Estudiosos como Victor Nunes Leal, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, entre outros,
59 assumiram o desafio de pesquisar a complexidade de nossa sociedade em suas diferentes dimensões. Dentre
60 esses estudiosos, destaca-se, aqui, o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda como um dos mais ricos no
61 intuito de compreender, a partir de elementos sócio-históricos, a cultura e as instituições brasileiras.

62 Não à toa, as obras de Holanda (especialmente *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*) fundamentam grande
63 parte das pesquisas contemporâneas sobre a realidade brasileira. Particularmente, os estudos sobre corrupção
64 no Brasil tratam sua obra como fonte incontornável para o debate, seja para reafirmar sua validade, seja para
65 tentar refutá-la. Um elemento fundamental para a compreensão de seu pensamento, embora muitas vezes mal
66 interpretado, é o referencial weberiano utilizado pelo autor. As concepções metodológicas e teóricas de Max
67 Weber permeiam toda a obra de Holanda, desde a construção de tipos ideais até a teoria da racionalização, e
68 representam o "pano de fundo" teórico a partir do qual o autor analisou a sociedade brasileira.

69 O objetivo deste artigo é esclarecer os aspectos centrais do pensamento weberiano que influenciaram a obra
70 clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, e demonstrar a validade, ainda hoje, da teoria de Holanda
71 para a compreensão do fenômeno da corrupção no Brasil. Para a concretização de tal objetivo, realizou-se: a)
72 uma breve reflexão sobre a noção de "corrupção" visando explicitar os limites do conceito e seu entendimento
73 neste estudo; b) um levantamento dos casos de corrupção de maior destaque no Brasil pós 1988 de modo a ilustrar
74 a amplitude de tal prática na sociedade brasileira; c) uma sistematização da teoria weberiana e d) uma exposição
75 do modo como a obra de Sérgio Buarque de Holanda, influenciada pelo pensamento de Max Weber, contribui
76 para a compreensão, ainda hoje, do fenômeno da corrupção no Brasil.

77 2 a) Corrupção como noção sociológica

78 Embora comporte certa polissemia, o conceito de corrupção, em suas diversas formulações, apresenta elementos
79 fundamentais a partir dos quais é possível produzir uma definição que não seja específica a ponto de perder
80 qualquer traço de generalidade, ou geral a ponto de abarcar uma ampla gama de comportamentos, reduzindo,
81 assim, qualquer pretensão de sistematização da realidade. Praça (2011) indica uma primeira definição do conceito
82 de corrupção, uma vez que "de acordo com a definição mais utilizada, um ato corrupto implica o abuso de poder
83 político para fins privados. É a definição adota da por organizações como o Banco Mundial e a Transparência
84 Internacional, bem como a imensa maioria dos analistas". (p. 139). Embora aponte os principais elementos
85 definidores da corrupção (abuso de poder visando fins privados), a conceituação supracitada carece de precisão
86 se analisada a partir do referencial sociológico, de acordo com o qual se entende "poder" como possibilidade
87 de impor a própria vontade ao comportamento dos outros em diferentes tipos de relação. Ainda, a noção de
88 "política" refere-se às ações visando o acesso e o controle do poder, em especial, mas não exclusivamente, do
89 poder estatal (Weber, 1999a). Dessa forma, entende-se que nem todo poder político refere-se à esfera estatal,
90 tampouco que seu uso abusivo visando fins privados represente invariável ato de corrupção, tendo em vista que
91 a busca por fins privados, materiais ou ideais, movem a ação política de uma maneira geral. Ribeiro (2010), por
92 sua vez, apresenta algumas abordagens que, de modo mais detalhado, referem-se à ação de busca de benefícios
93 pessoais a partir da função exercida pelos agentes: [...] como observa Jens Andvig, um ato é corrupto se um
94 membro de uma organização ou instituição utilizasse de sua posição, seus direitos de tomar decisões e seu acesso
95 a informações, ou a algum outro recurso restrito, para obter vantagem para si ou para uma terceira pessoa,
96 recebendo em troca uma vantagem econômica ou pessoal [...]. A corrupção, portanto, "envolve processos de
97 troca baseados em lógicas específicas", calcadas em incentivos negativos (ameaças, penalidades) ou positivos
98 (materiais, como suborno, ou imateriais, baseados em laços pessoais). Os benefícios auferidos podem se referir ao
99 favorecimento de terceiros, à negociação de "favores", ou à concessão de benefícios a si próprio. Podendo dar-se
100 sob a forma de "mercado", em que o maior suborno conseguirá o favor, ou pela forma "paroquial" predominante
101 no Brasil - que envolve laços de parentesco, amizade, patronagem, clientela, afeição, dentre outros. (p. 8413).

102 Problematizando a mesma questão, Glaeser e Goldin (2006), apresentam a seguinte definição de corrupção:

103 Durante o século XIX, a definição de corrupção tornou-se especificamente relacionada ao suborno de funcionários
104 os públicos por agentes privados. O suborno era geralmente um pagamento ilícito em troca de algum recurso
105 controlado pelo governo, como um serviço, uma propriedade pública ou uma isenção de regulamento do governo.

106 [...]. Nós vemos a corrupção tendo três elementos centrais:(a) pagamentos a funcionários públicos além de seus
107 salários; (b) uma ação associada a esses pagamentos que também viole leis explícitas ou normas sociais implícitas;
108 e (c) perdas para a sociedade também a partir dessa ação ou de um sistema que torna necessário que as ações
109 surjam apenas desse pagamento.(p.07). 1 1 Tradução nossa. No original: "During the nineteenth century, the
110 definition of corruption morphed into one specifically related to the bribery of public officials by private agents.
111 Bribery was generally an illicit payment in exchange for some government controlled resource, such as a service,
112 a public property, or an exemption from government regulation. [...]. We view corruption to have three central
113 elements: (a) payments to public officials beyond their salaries; (b) an action associated with these payments
114 that violates either explicit laws A partir das definições apresentadas por Ribeiro, Glaeser e Goldin é possível
115 identificar, de modo mais explícito, a relação entre público e privado, bem como o acesso à esfera estatal, como
116 componente definidor da noção de corrupção.

117 Para fins do que se pretende com este artigo, sem desconsiderar a polissemia do conceito, é suficiente a
118 definição que apresenta a corrupção como uma prática que utiliza o poder político junto à esfera estatal para
119 a obtenção de benefícios privados em desacordo com o ordenamento legal vigente. Nesse sentido, a prática da
120 corrupção envolve, como corruptos e corruptores, os agentes que atuam junto à esfera pública na busca pela
121 obtenção de benefícios e privilégios à margem das leis, das normas e dos regimentos.

122 Fazendo uma breve síntese das tendências de análise do fenômeno da corrupção nas Ciências Sociais, Filgueiras
123 (2009) identifica o seguinte percurso:

124 A partir dos anos 1970, a literatura sobre o tema da corrupção deu uma guinada metodológica, direcionando-se
125 para o tema da cultura e o tema do desenvolvimento passou a ser considerado na dimensão da cultura política,
126 partindo da premissa de que a cultura é proeminente em relação ao político e ao econômico, ao definir valores
127 dentro da estrutura social [...]. Ao lado do sistema institucional e legal, o sistema de valores é fundamental para
128 motivar ou coibir as práticas de corrupção no interior de uma sociedade [...]. Dos anos 1980 para cá, ocorreu uma
129 virada metodológica das pesquisas sobre corrupção, ao incorporar uma abordagem econômica para um problema
130 político, centrada, principalmente, na análise dos custos da corrupção para a economia de mercado em ascensão
131 (...). A corrupção é explicada por uma teoria da ação informada pelo cálculo que agentes racionais fazem dos
132 custos e dos benefícios de burlar uma regra institucional do sistema político, tendo em vista uma natural busca
133 por vantagens. (p. 395-396).

134 Alguns aspectos que embasam os estudos sobre corrupção, apresentados na síntese de Filgueiras, são
135 particularmente relevantes para a análise do tema a partir da perspectiva sociológica e encontram respaldo na
136 teoria de Buarque de Holanda. A importância da cultura como elemento de estabelecimento de valores sociais e o
137 papel das instituições sociais como esfera definidora da relação custo/benefício para a ação corrupta fundamentam,
138 em grande parte, dois aspectos centrais para a conduta individual na sociedade: o valor internalizado pelo
139 indivíduo, como condicionante interno; e a coerção ou implicit social norms; and (c) losses to the public either from
140 that action or from a system that renders it necessary for actions to arise only from such payment". institucional,
141 como condicionante externo. Ou seja, a partir da perspectiva cultural, a análise do fenômeno da corrupção recai,
142 em boa medida, sobre os valores sociais que condicionam o indivíduo, estimulando ou restando moralmente
143 sua ação. Já a relação custo/benefício envolve, entre outros fatores, o cálculo do agente a partir da coerção e
144 dos meios institucionais de controle e punição como obstáculo ou facilitação da ação. Nesse sentido, torna-se
145 central para o estudo do fenômeno da corrupção a problematização dos elementos envolvidos na orientação social
146 da conduta individual dos agentes. Tais elementos desfrutam de lugar de destaque em diversas abordagens das
147 Ciências Sociais e, mais especificamente, na sociologia da ação de Max Weber.

148 3 b) Histórico de corrupção no Brasil Pós-1988

149 Após o processo de redemocratização, o Brasil teve diversos casos de corrupção revelados. Os esquemas expuseram
150 a atuação de políticos, funcionários e empresários que buscaram favorecimentos junto ao poder político e à esfera
151 estatal para a obtenção de benefícios privados; a prática de corrupção, revelada pelos casos tornados públicos,
152 trouxe à tona relações entre o público e o privado no Brasil que, em sua maioria, estão voltadas à busca de
153 satisfação de interesses privados e privilégios à margem da lei.

154 Nesta seção, serão apresentados alguns dos casos de corrupção que foram revelados neste período pós-
155 redemocratização no Brasil. Os dados são referentes a casos cujas instituições brasileiras, Ministério
156 Público, Polícia Federal, Sistema Judiciário e Congresso Nacional, proferiram investigações e trouxeram
157 provas comprobatórias a público. Os casos apresentados são: "Anões do Orçamento", "Mensalão", "Operação
158 Sanguessuga", "Operação Navalha", "Operação Castelo de Areia" e "Operação Lava Jato".

159 4 i. Anões do Orçamento

160 Em outubro de 1993 foi instaurada, no Congresso Nacional brasileiro, uma CPI de corrupção que envolvia a
161 apresentação de emendas ao Orçamento na Comissão de Orçamento. O esquema recebeu o nome de 'Anões do
162 Orçamento'.

163 O grupo, que ficou conhecido como "Máfia dos Anões", segundo denúncias apuradas na CPI, fazia a cobrança
164 de propinas para assegurar que emendas milionárias fossem aprovadas e, com isso, favoreciam empreiteiras
165 para a realização de obras. Segundo o relatório da CPI 3 ii. Mensalão, que teve como relator o deputado

166 federal Roberto Magalhães e foi publicado em janeiro de 1994, "o sistema de apropriação funcionava de comum
167 acordo com uma empreiteira, o parlamentar aprovava uma emenda e exercia sua influência para que determinada
168 empreiteira realizasse a obra, pagando uma comissão ao parlamentar".

169 Foram acusados de envolvimento no esquema dezoito parlamentares, desse total: seis foram cassados, oito
170 absolvidos e quatro renunciaram para evitar a perda dos direitos políticos. Não ocorreu nenhuma condenação
171 judicial ou prisão.

172 Um dos casos de corrupção que mais ganhou notoriedade nesse período pós-redemocratização foi o chamado
173 "Mensalão". Neste esquema, agentes políticos beneficiaram-se dos seus cargos públicos e do acesso ao poder
174 estatal para angariar benefícios ilícitos. Especificamente, o esquema do "Mensalão" consistiu na compra de
175 parlamentares, por meio de recursos públicos obtidos em contratos de publicidade de empresas estatais, para a
176 constituição de base de apoio aos projetos do Executivo.

177 As investigações começaram por meio de duas CPMI's instauradas no Congresso Nacional, a CPMI 'da
178 Compra de Votos' e a CPMI 'dos correios'. Elas reuniram provas e material probatório que resultaram na Ação
179 Penal 470. Nesta ação, o Supremo Tribunal Federal julgou e condenou os envolvidos no esquema de corrupção.

180 A CPMI "da Compra de Votos" 4 foi instaurada no ano de 2005 para investigar acontecimentos ocorridos
181 a partir do final do ano de 2002. Segundo o relatório divulgado, ela foi "destinada a apurar denúncias
182 de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso
183 Nacional, com a finalidade de aprovar matérias de interesse do Poder Executivo" 5 3 Relatório disponível em:
184 <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896> Acesso em: 07/03/2019. 4 Os dados foram consultados no
185 relatório final, publicado em novembro de 2005 e relatado pelo deputado federal Ibrahim Abi-Ackel. Disponível
186 em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/74578> Acesso: 07/03/2020. 5 Os dados
187 foram consultados no relatório final, publicado em novembro de 2005 e relatado pelo deputado federal Ibrahim
188 Abi-Ackel. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/74578> Acesso:
189 07/03/2020. . As investigações da CPMI derivaram de denúncias realizadas pelo, à época, deputado federal
190 Roberto Jefferson. Pagamentos eram feitos, em períodos variados, a deputados da base de sustentação do
191 governo com o intuito de assegurar o apoio às matérias de interesse do Poder Executivo. O dinheiro era
192 arrecadado por meio de contratos de publicidade, firmados com empresas do publicitário ligado ao partido
193 do então Chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva; eram contratações públicas feitas com favorecimentos,
194 contratos superfaturados ou mesmo pagamentos feitos sem contraprestação, de forma a gerar excedentes de
195 recursos que depois seriam aproveitados para alimentar um esquema de compra de votos de parlamentares.

196 As provas analisadas acabaram por demonstrar uma coincidência temporal entre um maior volume de
197 transferências financeiras e votações no plenário da Câmara dos Deputados de especial interesse do governo.

198 A "CPMI dos Correios" 6, por sua vez, foi instaurada para investigar um episódio de espionagem que envolvia
199 uma gravação de um ato de corrupção praticado pelo então Chefe de Departamento de Contratação dos Correios.
200 No entanto, a CPMI acabou expandindo seu objeto de análise ao constatar diversas outras áreas, no Estado
201 brasileiro, com as quais se conectavam as irregularidades inicialmente investigadas. Com isso, além dos Correios,
202 fonte inicial de investigação, atos de corrupção foram encontrados em outras instituições: Banco do Brasil,
203 Secretaria de Comunicação da Presidência da República, diretórios nacionais e estaduais partidários e o próprio
204 Congresso Nacional.

205 5 iii. Operação Sanguessuga

206 Um novo esquema de corrupção foi descoberto em 2006 pela Polícia Federal. A PF deflagrou
207 uma operação que recebeu o nome de 'Operação 6 Os dados foram consultados no relatório
208 final da CPMI, publicado em 2006 e relatado pelo deputado federal Osmar Serraglio. Disponível
209 em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84897> Acesso: 07/03/2020. 7 Disponível em:
210 <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=236494> Acesso: 07/03/2020.
211 Comprovou-se, assim, um amplo esquema de distribuição de dinheiro a parlamentares que, em troca,
212 ofereciam o seu apoio e o de seus correligionários aos projetos de interesse do Governo Federal. Sanguessuga',
213 com o objetivo de desarticular um "esquema" de fraudes em licitações da área da saúde; ainda segundo a Polícia
214 Federal, a quadrilha fazia negociações com assessores de parlamentares para que emendas individuais ao
215 Orçamento da União fossem direcionadas para localidades específicas, o esquema teria movimento cerca de R\$
216 110 milhões.

217 A "Operação Sanguessuga" da Polícia Federal acabou se desdobrando na posterior abertura de uma CPMI no
218 Congresso Nacional, a chamada "CPMI das ambulâncias" 8 iv. Operação Navalha, instalada em junho de 2006,
219 que teve como objetivo a investigação e a apuração das denúncias que envolveram a "Operação Sanguessuga".

220 As revelações e denúncias sobre o "esquema das ambulâncias" resultaram na prisão de mais de seis deputados,
221 após suas condenações em segunda instância. Ainda em 2019, houve desdobramentos sobre as condenações e
222 julgamentos referentes à "Operação Sanguessuga".

223 Outra operação, denominada "Operação Navalha", foi deflagrada pela Polícia Federal em maio de 2007. Na
224 ocasião, a PF prendeu quarenta e sete pessoas. As investigações sugeriam que obras estavam sendo superfaturadas
225 em troca de pagamentos de propinas a agentes públicos. O caso resultou em uma denúncia do Ministério Público
226 Federal. Foram denunciadas sessenta e uma pessoas ao Supremo Tribunal de Justiça, acusadas de formação de
227 quadrilha para fraudar obras em seis estados.

228 Em outubro de 2017, dez anos depois, dez pessoas foram condenadas em primeira instância, contudo, no ano
229 de 2018, todos os réus foram absolvidos pelo Tribunal Regional Federal da 5^o Região, com isso, nenhum agente
230 foi punido pelos fatos revelados.

231 **6 v. Operação Castelo de Areia**

232 Outro esquema de corrupção foi denunciado pela deflagração da "Operação Castelo de Areia", no ano de 2009.
233 Segundo as investigações, os executivos de uma das maiores empreiteiras do país, Camargo Corrêa, presos pela
234 Operação, pagavam propinas para conseguir contratos de obras públicas; os pagamentos eram feitos aos partidos
235 políticos com a ajuda de uma rede de doleiros. Os executivos foram presos acusados de cometer crimes de
236 superfaturamento e lavagem de dinheiro. A Polícia Federal apreendeu, ainda, durante a Operação, planilhas que
237 indicavam pagamentos ilícitos a políticos de sete partidos políticos. No entanto, a ação penal que decorreu dessa
238 operação foi anulada em 2011 pelo Supremo Tribunal de Justiça com a alegação de que os dados citados sobre a CPMI
239 estão disponíveis no relatório, em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/88805> Acesso em: 07/03/2020. de
240 que gravações telefônicas ilegais foram praticadas durante as investigações.

241 **7 vi. Operação Lava-Jato**

242 A mais recente operação anticorrupção com grande destaque no cenário brasileiro é a "Operação Lava-Jato".
243 Segundo o Ministério Público Federal "Segundo os dados do Ministério Público, a Operação Lava-Jato é a maior
244 iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil". Iniciada em março de 2014, a
245 operação expandiu-se por diversos estados brasileiros: Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Curitiba.
246 As investigações tiveram início com a suspeita do uso de postos de combustíveis e lava-jatos de automóveis
247 para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma organização criminosa. No entanto, com o desenrolar das
248 apurações, o MPF recolheu provas de um imenso esquema criminoso envolvendo a Petrobrás (empresa estatal
249 de petróleo brasileira). O esquema era composto pela organização de empreiteiras em cartel e o pagamento
250 de propinas para altos executivos da empresa estatal e outros agentes públicos. No Supremo Tribunal Federal,
251 instância destinada às denúncias de políticos com foro especial, foram prestadas cento e vinte e seis denúncias até
252 o momento, nenhuma condenação foi feita. Além do expressivo número de denúncias e condenações, a operação
253 já tem a marca de R\$ 4 bilhões de reais devolvidos aos cofres públicos e uma previsão de recuperação de R\$ 14,
254 3 bilhões.

255 No âmbito da "Operação Lava-Jato", foram condenados diversos políticos, empresários, um expresidente
256 da Câmara dos Deputados e um expresidente da República. 11 9 Dados consultados em:
257 <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lavajato> Acesso: 07/03/2020. 10 corrupção" 12 , pois, segundo o MPF,
258 o esquema criminoso serviu também para "corromper agentes políticos e financiar, com recursos provenientes
259 do crime, partidos políticos". Quanto ao papel dos agentes políticos, como o ex-presidente da Câmara, no
260 esquema: "aos agentes políticos cabia dar sustentação à nomeação e à permanência nos cargos da Petrobrás
261 dos referidos Diretores. Para tanto, recebiam remuneração periódica." 13 Além de um ex-presidente da Câmara,
262 a Operação Lava-Jato resultou na condenação de um expresidente da República. Luiz Inácio Lula da Silva
263 foi condenado em duas Ações Penais. Lula foi condenado, em um dos processos, pelos crimes de corrupção
264 passiva e lavagem de dinheiro; segundo a sentença, proferida em primeira instância pelo juiz Sergio Moro,
265 mais de R\$ 3 milhões de reais teriam sido destinados ao Ex-Presidente. O MPF alegou, ainda, na Ação Penal,
266 que o "ex-presidente dirigiu a formação de um esquema criminoso de desvios de recursos públicos, destinados a
267 comprar apoio parlamentar, enriquecer indevidamente os envolvidos e financiar campanhas eleitorais do PT
268 [partido político de Lula]" . 14 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/curitiba/acoes/processo-penal-49/sentenca/arquivo> Acesso: 07/03/2020. . Outro ex-presidente, Michel
270 Temer, acabou sendo preso por desdobramentos das investigações da 'Operação Lava-jato'. Temer, responde
271 denúncia do MPF por corrupção passiva, peculato e organização criminosa.

272 Este levantamento pretendeu expor alguns dos casos mais relevantes da recente história política do Brasil visando
273 o demonstrar o modo sistêmico como se constroem as relações entre público e privado no Brasil. Todos os casos
274 ilustram como a atuação é objetivamente construída, como os sistemas utilizados pelos grupos são complexos
275 e, por fim, como envolvem agentes de diferentes campos: políticos, empresários, funcionários públicos, etc.
276 Dessa forma, não se pode dizer que esse tipo de conduta pertence somente a um grupo social, mas sim que está
277 disseminado em diferentes segmentos da sociedade brasileira, o que coaduna com a hipótese deste texto, de que
278 a cultura e a introdução de valores no Brasil não comporta uma clara separação entre público e privado.

279 **8 c) A perspectiva weberiana**

280 A teoria weberiana, ao identificar um processo de racionalização no Ocidente, diferenciando, na forma de tipos
281 ideais, as diversas fontes orientadoras da ação social, distingue ações motivadas por valores e ações motivadas
282 pela busca de uma finalidade específica, considerando custos e benefícios, como formas racionais de ação social
283 em oposição às formas não racionalizadas, motivadas pela emoção e pela tradição 15 O que Weber procurou
284 demonstrar foi que nas sociedades tradicionais as esferas do Direito, da economia, da cultura, do Estado, da
285 educação, entre outras, são fundamentadas e legitimadas pelo costume, no caso da tradição, e pela revelação
286 mística, no caso da religião. A partir da atuação dos profetas hebreus do antigo testamento. Nesse sentido, Max

287 Weber formula sua grande teoria da racionalização ocidental, cuja influência foi determinante no pensamento
288 de Holanda, considerando a mudança, nas sociedades modernas, de uma racionalidade fundamentalmente
289 material para uma racionalidade amplamente formal, produzindo a emancipação das esferas sociais em relação às
290 determinações fundadas na tradição e na religião. 16 15 A respeito dos tipos ideais de ação social, ver: "conceitos
291 sociológicos fundamentais" In: WEBER, Max. Economia e Sociedade, 1999a. 16 De acordo com o exposto em
292 A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo (WEBER, 2004, p. 96): "Aquele grande processo histórico-
293 religioso do desencantamento do mundo que teve início com as profecias do judaísmo antigo e, em conjunto com
294 o pensamento científico helênico, repudiava como superstição e sacrilégio todos os meios mágicos de busca de
295 salvação, encontrou aqui sua conclusão. O puritano genuíno ia ao ponto de condenar até mesmo todo vestígio de
296 cerimônias religiosas fúnebres e enterrava os seus sem canto nem música, só para não dar trela ao aparecimento
297 da superstition, isto é, da confiança em efeitos salvíficos à maneira mágico-sacramental".

298 , iniciou-se, de acordo com Weber, um processo de desencantamento do mundo que retirou a magia como
299 meio de salvação e produziu uma lenta racionalização da vida.

300 Enquanto o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia, sendo uma de suas
301 manifestações mais recorrentes e eficazes a perseguição aos feiticeiros e bruxas levada a cabo por profetas e
302 hierocratas, vale dizer, a repressão político-religiosa da magia (Thomas, 1985), a secularização, por sua vez, nos
303 remete à luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica no mundo moderno
304 o declínio da religião como potência in temporalibus, seu desestabecimento (vale dizer, sua separação do Estado),
305 a depressão do seu valor cultural e sua demissão/liberação da função de integração social. (Pierucci, 1998).

306 Vinculados ao processo de racionalização, o desencantamento do mundo e a secularização produziram a
307 intelectualização da vida, rejeitando elementos supersticiosos na relação com o sagrado e, em um momento
308 seguinte, resultando no próprio declínio da religião nas sociedades modernas.

309 A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente
310 acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante,
311 poderíamos, *ba stando* que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e
312 imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da
313 previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que
314 acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas
315 de recorrer à técnica e à previsão. Tal é o significado essencial de intelectualização. (WEBER, 2011. P. 35).

316 Esse longo processo de racionalização identificado por Weber produziu sociedades, em boa medida,
317 emancipadas em relação à tradição e fundamentadas no pensamento técnico-científico, dispensando os costumes
318 e as revelações teológicas como fonte de legitimação. A economia, desse modo, torna-se racionalizada, orientada
319 pelo estabelecimento de equivalentes universais, materializados no "dinheiro", que permitem a previsão, a
320 calculabilidade e a ampliação das relações econômicas de modo impessoal para além dos limites locais; o Direito,
321 tradicionalmente definido pelo arbítrio de agentes orientados por revelações místicas, interesses prático-utilitários
322 ou avaliações específicas (materiais) de cada caso em particular, torna-se formalizado, impessoal, com aplicação
323 ampla e regras bem definidas, fixas e invioláveis; a cultura incorpora a Ciência e a técnica como padrões de
324 legitimação e princípios de validação social, rejeitando as legitimações de ordem religiosa (com exceção da esfera
325 da vida privada); o Estado torna-se racionalizado, burocratizado; as leis passam a ser revistas, definidas a partir
326 de consensos produzidos sob regras bem definidas 17 17 A respeito da racionalização do Direito, da economia, do
327 Estado e da cultura, ver WEBER, Max. Economia e Sociedade (Volumes 1 e 2), 1999. A respeito da burocracia,
328 ver WEBER, Max. Ensaios de Sociologia, 2013.

329 . Enfim, em várias esferas das sociedades ocidentais a racionalização produziu uma transformação das
330 fontes de legitimação baseadas no que Weber definiu como "racionalidade material" por fontes de legitimação
331 orientadas por uma "racionalidade formal". Nesse sentido, a racionalidade material seria pautada por postulados
332 valorativos a partir de elementos éticos, políticos, utilitários, hedonistas, estamentais, estéticos, entre outros, e
333 se caracterizaria pela especificidade de cada situação e questão em particular. Já a racionalidade formal refere-se
334 ao estabelecimento de regras e padrões gerais, abstratos, impessoais e ao cálculo dos meios mais eficientes para
335 a obtenção de determinado fim, considerando as possíveis consequências e custos das ações. A passagem das
336 sociedades tradicionais para as sociedades modernas ocidentais representou, para Max Weber, a passagem de
337 sociedades imersas na racionalidade material para sociedades orientadas pela racionalidade formal. A ação
338 individual orientada por novas motivações sociais produziu instituições emancipadas e esferas sociais que, cada
339 qual a seu ritmo, passaram a prescindir da legitimação tradicional e teológica.

340 Da mesma forma, em sua análise sobre os tipos de dominação legítima, Weber identificou a mudança nas fontes
341 de legitimação das sociedades tradicionais, pouco racionalizadas, para as sociedades modernas, racionalizadas.
342 Enquanto que, nas sociedades tradicionais, as fontes de legitimação advinham de elementos pessoalizados os,
343 materializados na figura do líder tradicional ou do líder carismático, nas sociedades modernas a legitimação da
344 dominação repousa sobre elementos impessoais, caracterizados pela lei e pela ordem institucional-legal. Em sua
345 reflexão sobre os tipos de dominação, Weber questionou os motivos que levam os indivíduos a se submeterem
346 à vontade de outros e identifica, no caso da dominação carismática, a crença nas qualidades excepcionais do
347 líder como a fonte primordial da submissão. Já a respeito da dominação tradicional, Weber (1999a) escreve:
348 Denominamos uma dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens
349 e poderes senhoriais tradicionais ("existentes desde sempre"). Determina-se o senhor (ou vários senhores) em

350 virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. [...].
351 Não se obedece a estatutos, mas à pessoa indicada pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado.
352 (p . 148).

353 A dominação tradicional, portanto, se legitima pela crença dos indivíduos no costume que define e determina
354 a figura do senhor e de seus servidores. Em uma das configurações mais destacadas por Weber, a dominação
355 tradicional se caracteriza pelo chamado patrimonialismo:

356 Ao surgir um quadro administrativo (e miliar) puramente pessoal do senhor, toda dominação tradicional
357 tende ao patrimonialismo e, com grau extremo de poder senhorial, ao sultanismo: os companheiros tornam-se
358 súditos; o direito do senhor, interpretado até então como direito preeminente dos Volume XX Issue IV Version
359 I 7 (C) associados, converte-se em seu direito próprio, apropriado por ele da mesma forma (em princípio)
360 que um objeto possuído de natureza qualquer, valorizável (por venda, penhora ou partilha entre herdeiros), em
361 princípio, como outra oportunidade econômica qualquer. Externamente, o poder de senhor patrimonial apóia-se
362 em guardas pessoais e exércitos formados de escravos (muitas vezes marcados a ferro), colonos ou súditos forçados
363 ou para tornar o mais indissolúvel possível a união de interesses perante os últimos -de mercenários (exércitos
364 patrimoniais). Em virtude desse poder, o senhor amplia o alcance de seu arbítrio e de sua graça, desligados
365 da tradição, às custas da vinculação tradicional patriarcal e gerontocrática. Denominamos patrimonial toda
366 dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal [...].
367 (WEBER, 1999a. p. 151-152).

368 Compreendendo o patrimonialismo como um modo de legitimação da dominação tradicional, Weber o
369 identificou com o exercício amplo do poder pelo governante e por seu quadro administrativo pessoalmente
370 estabelecido. Desse modo, não há distinção entre os interesses pessoais do governante e os interesses dos súditos,
371 tampouco uma distinção bem definida entre funcionários públicos e meios privados de administração 18 A
372 dominação tradicional patrimonial . A respeito da administração no tipo de dominação tradicional patrimonial,
373 Weber afirma:

374 Ao cargo patrimonial falta sobretudo a distinção burocrática entre esfera "privada" e a "oficial". Pois também
375 a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício
376 do seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal , aproveitável em forma de tributos e
377 emolumentos. A forma em que ele exerce o poder é, portanto, objeto de seu livre-arbítrio, desde que a santidade
378 da tradição, que interfere por toda parte, não lhe imponha limites mais ou menos firmes ou elásticos. (1999b. P.
379 253).

380 19 Dominação legítima tradicional e dominação legítima carismática representam tipos ideais de dominação
381 baseados no afeto, no costume, ou na racionalidade material, característicos de sociedades , portanto, reproduz
382 um tipo de poder pessoal, personalista, amparado pela tradição e caracterizado pela indistinção entre interesses
383 e meios de administração privados e "públicos". tradicionais cujas instituições não produziram a emancipação
384 em relação ao domínio da religião e da tradição. A característica mais destacada desses tipos de dominação é a
385 pessoalidade com que são exercidas e legitimadas, pois é às figuras do líder carismático e do líder tradicional que
386 se dirige a obediência dos indivíduos.

387 A dominação legal (ou burocrática), por sua vez, fundamenta sua legitimidade, não em líderes pessoais, mas
388 em regras impessoais, aspecto típico das sociedades modernas, orientadas pela racionalidade formal. Weber
389 (1999b) apresenta uma comparação entre dominação legal e dominação tradicional patriarcal que, segundo ele:
390 Em sua essência, não se baseia no dever de servir a determinada "finalidade" objetiva e impessoal e na obediência
391 a normas abstratas, senão precisamente no contrário: em relações de piedade rigorosamente pessoais 20 d)
392 Influências weberianas em Raízes do Brasil . [...] ambas encontram seu apoio interior, em última instância, na
393 obediência a normas por parte dos submetidos ao poder. Estas normas, no caso da dominação burocrática, são
394 racionalmente criadas, apelam ao senso da legalidade abstrata e baseiam-se em instrução técnica; na dominação
395 patriarcal, ao contrário, fundamentam-se na "tradição"; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde
396 sempre. E a significação das normas é nas duas fundamentalmente diferente. Na dominação burocrática é a
397 norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação
398 patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente
399 o fato e os limites de seu poder de mand o têm, por sua vez, sua origem em "normas", mas em normas não-
400 estatuídas, sagradas pela tradição. (p. 234).

401 Como fica evidente no pensamento de Weber, a partir do desenvolvimento da racionalidade formal a dominação
402 legal produz um quadro administrativo desvinculado dos meios de administração e passa a ser pautada por um
403 direito formalizado e por regras abstratas que caracterizam o aspecto impessoal da administração pública. O
404 contraste entre dominação pessoal, personificada, por um lado, e dominação impessoal , técnica, por outro lado,
405 é central na distinção weberiana entre sociedades tradicionais e sociedades modernas. Especificamente sobre o
406 debate supracitado, isto é, acerca dos nexos psíquico e sociogenéticos, fica evidente a transposição do debate e
407 a influência weberiana sobre os nexos psíquico e sociogênicos que, segundo Waizbort (2011, p. 41), era "um dos
408 núcleos fortes em torno do qual gravitavam os debates acerca da interpretação histórico-cultural-social, debate
409 esse difuso por toda a plêiade das humanidades". 23 quando, em março de 1935, na revista Espelho 24 21 As
410 informações biográficas e acadêmicas, resumidamente apresentadas aqui, podem ser encontradas no depoimento
411 dado em 1981 por Sérgio Buarque de Holanda, mas somente publicado em 2004, para a Revista Novos Estudos.
412 A entrevista ficou guardada durante longo período no Museu da Imagem e do Som (SP). Na íntegra, a entrevista

9 41) "PODERIA SER EXPLICADA PELO PRÓPRIO ARGUMENTO DESENVOLVIDO, A SABER, QUE PRIVILEGIAMOS O INDIVIDUAL AO COLETIVO".

413 pode ser encontrada por meio do link: <http://novosestudios.uol.com.br/produto/educacao-69/> 22 O debate pode
414 ser observado em Georg Simmel, Max Weber, Ernst Troeltsch, Werner Sombart, Hans Freyer, Karl Mannheim e
415 Norbert Elias. Como estamos tratando da influência weberiana no pensamento e na obra de Sérgio Buarque de
416 Holanda, a discussão acerca da psicogênese em Weber, por exemplo, pode ser explicitamente encontrada no livro
417 "A psicofísica do trabalho industrial: escritos e discursos 1908-1912" (2009). [Zur Psychophysik der industriellen
418 Arbeit. Schriften und Reden 1908-1912]. 23 Vale ressaltar que o próprio Sérgio Buarque de Holanda afirma ter
419 lido a obra de Max Weber quando estava na Alemanha: "[...] quando estava na Alemanha lia muito o Weber. E
420 sobre marxismo lia coisas mais recentes. Em alemão, naturalmente, porque russo eu não sabia..." (HOLANDA,
421 2004, p. 12). 24 O ensaio foi publicado na "edição comemorativa 70 anos" (2006, p. 399-420).

422 , Sérgio Buarque de Holanda publica o ensaio "Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia". Ali, de modo
423 embrionário, estavam delineadas a estrutura da personalidade e a estrutura da sociedade brasileira. O "plano de
424 fundo emocional" que embasava a descrição dada pelo autor no ensaio, ou melhor, a precedência da dimensão p
425 sicogenética, conforme Waizbort (2006, p.

9 41) "poderia ser explicada pelo próprio argumento desenvolvido, a saber, que privilegiamos o individual ao coletivo".

428 A obra de Sérgio Buarque de Holanda, portanto, sofreu grande influência do pensamento weberiano. Os tipos
429 ideais de racionalidade, com suas diversas manifestações nas esferas da sociedade, serviram de referência para o
430 estudo da constituição da sociedade brasileira a partir de elementos sóciohistóricos.

431 Já no primeiro capítulo de Raízes do Brasil, ao tratar dos colonizadores da América do Sul, Holanda apresenta,
432 em tons nitidamente weberianos, uma distinção entre a Europa protestante, racionalizada (desencantada,
433 intelectualizada, poderia acrescentar Weber), e a Europa ibérica, católica, não totalmente racionalizada: "nas
434 nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o
435 princípio unificador foi sempre representado pelos governos" (1995, p. 38). Ainda no primeiro capítulo, Holanda
436 identifica a cultura do personalismo como traço fundamental da cultura ibérica e obstáculo ao estabelecimento
437 de instituições sólidas e racionalizadas: "É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa
438 cultura da personalidade 25 Considerando a influência do colonizador português como elemento determinante
439 para a constituição cultural e institucional do Brasil, Buarque de Holanda se utiliza de tipos ideais, a exemplo
440 de Weber, para indicar características próprias dos colonizadores que foram disseminadas na cultura brasileira.
441 Nesse sentido, Holanda apresenta a distinção entre o tipo ideal do trabalhador, característico do espanhol,
442 e do aventureiro, característico do português, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da
443 gente hispânica, desde tempos imemoriais. [...]. É dela que resulta largamente a singularidade das formas de
444 organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. (ibid. p. 32).
445 26 25 Grifo nosso.

446 . De acordo com a síntese de Carvalho (2011):

447 Nos termos de Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.44): "Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois
448 princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-
449 se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Embora o tipo aventureiro tenha produzido as bases de um
450 comportamento pouco afeito ao trabalho árduo, metódico e lento, suas características foram fundamentais para
451 a adaptação e a colonização do território brasileiro, empreendimento que, quando produzido por outras culturas,
452 resultou em fracassos notórios.

453 Ao obter sucesso na colonização do Brasil, os portugueses, de acordo com Holanda, influenciaram
454 determinantemente nossa cultura e ajudaram a produzir um tipo de sociedade distante daquilo que Weber
455 definiu como moderna. Ao personalismo, que rejeitava a impessoalidade e valorizava o individualismo, e ao
456 caráter aventureiro do português, pouco afeito ao trabalho árduo e metódico, somou-se, no período colonial,
457 a escravidão e a atividade rural. Os grandes engenhos passaram a se organizar de forma autônoma, através
458 de uma lógica patriarcal, com o poder legitimado na figura do senhor de engenho. A expansão dessa lógica
459 patriarcal para as cidades determinou, segundo Holanda, a ampliação, para o conjunto da sociedade, da cultura
460 personalista, das relações pessoais junto à coisa pública e, conseqüentemente, da fraca distinção entre público e
461 privado 27 Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples
462 vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica
463 entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora
464 por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela
465 um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação
466 singularmente . Sobre os efeitos do personalismo português no período colonial, Buarque de Holanda escreve:
467 persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do
468 insignificante, tem sentido bem nítido para ele [...]. Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da
469 aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo
470 de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro - audácia,
471 imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem [...]. 27 Para uma visão alternativa da relação
472 entre patrimonialismo e personalismo, ver: SOUZA, J. Weber O homem cordial formulado por Sérgio Buarque
473 de Holanda representa, portanto, o resultado da influência portuguesa somada às contingências sócio-históricas

474 que criaram uma sociedade avessa às hierarquias, ao rigor formalista, à impessoalidade e à ética do trabalho .
475 O resultado dessa acentuação na dimensão afetiva, irracional e passional se verifica no tipo ideal formulado por
476 Holanda para caracterizar o brasileiro, o homem cordial: "já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição
477 brasileira para a civilização será de cordialidade -daremos ao mundo o 'homem cordial'" (Ibid. p. 146). A
478 respeito da noção de homem cordial, profundamente ligada ao tipo ideal de ação social afetiva, não racionalizada,
479 formulado por Weber, Holanda escreve:

480 A expressão é do escritor Ribeiro Couto [...] pela expressão "cordialidade", se eliminam aqui, deliberadamente,
481 os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar
482 em "bondade" ou em "homem bom". Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado,
483 a todo o formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos
484 positivos e de concórdia . A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem
485 do coração. (Ibid. p. 205).

486 29 778 Grifos nossos. 779 Sobre a ética do trabalho, Holanda apresenta uma breve e interessante avaliação
487 da afinidade eletiva entre religião e ética do trabalho em padrões muito próximos aos dos principais argumentos
488 propostos por Weber em A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. Ao tratar da cultura hispânica,
489 profundamente católica, em oposição à Europa protestante, Holanda argumenta que: "a ação sobre as coisas,
490 sobre o universo material, implica submissão a um objeto exterior, aceitação de uma lei estranha ao indivíduo.
491 Ela não é exigida por Deus, nada acrescenta à sua glória e não aumenta nossa própria dignidade. Pode-se dizer, ao
492 contrário, que a prejudica e a avilta. O trabalho manual e mecânico visa a um fim exterior ao homem e pretende
493 conseguir a perfeição de uma obra distinta dele. É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre
494 gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre
495 pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo
496 pão de cada dia. [...] E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações
497 ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da Antiguidade clássica". (HOLANDA, 1995. P. 38).

498 . Tais características refletem-se na cultura e nas instituições e reproduzem-se, por sua vez, nos indivíduos
499 formados por essa cultura. The Sérgio Buarque De Holanda's Weberian Thought as an Explanation for
500 Corruption in Brazilian Society Submetida ao patriarcalismo, ao patrimonialismo e ao personalismo (que atua c
501 omo base das práticas anteriores por estabelecer um poder pessoal e rotinizado), a sociedade brasileira produziu
502 instituições frágeis e práticas pouco orientadas pelo cumprimento das normas formais 30 A escolha dos homens
503 que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito
504 menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a
505 vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial . Buscando demonstrar os reflexos de tais práticas
506 para a sociedade brasileira de seu tempo, Buarque (1995) apresenta uma avaliação profundamente vinculada às
507 categorias weberianas de dominação:

508 No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento
509 da urbanização [...] ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. Não era
510 fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a
511 distinção fundamental entre o domínio do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que
512 separa o funcionário o "patrimonial" do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário
513 o "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os
514 empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses
515 objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevaleçam a especialização das funções e o
516 esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (p .

517 10 145-146).

518 A indistinção, por parte do funcionário público, entre domínio público e domínio privado é uma das características
519 encontradas por Holanda na cultura brasileira como resultado da expansão do patrimonialismo para a esfera
520 administrativa. Ainda, sobre essa questão, Holanda (1995) complementa: 770 Convém destacar que, após
521 a proclamação da República brasileira, em 1889, ocorreu, do ponto de vista formal, a transição de uma
522 dominação personificada na figura do imperador, para uma dominação fundada nas normas legais e institucionais,
523 distanciando-se, portanto, de um poder pessoal que se legitima pelo patriarcalismo ou pelo patrimonialismo.
524 Porém, e este é o ponto de Buarque de Holanda muitas vezes incompreendido pelos críticos, as práticas
525 personalistas se mantiveram como elemento legitimador da esfera da cultura, com reflexos na esfera institucional.
526 Não à toa, o período posterior à proclamação da República se caracterizou pela alternância oligárquica no poder
527 e, em seguida, por uma dominação, novamente, personificada na figura de Getúlio Vargas. A publicação de Raízes
528 do Brasil ocorreu 6 anos após a "revolução" de 1930 e 1 ano antes do Estado-novo varguista, que vigoraria até
529 janeiro de 1946.

530 pode, com a progressiva divisão de funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em
531 sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. No
532 Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários
533 puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao
534 longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio
535 em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (Ibid. p. 146).

536 Os reflexos do processo histórico de colonização do Brasil foram identificados, por Buarque de Holanda, de
537 forma precisa na cultura e, conseqüentemente, nas instituições nacionais. A relação entre público e privado, a
538 pessoalidade no trato da administração pública e a ausência de atuação em favor de interesses objetivos marcam,
539 claramente, a visão de Holanda sobre o Brasil.

540 É bastante evidente o exercício de Holanda no sentido de produzir tipos ideais envolvidos no processo histórico
541 de "construção" do Brasil para compará-los aos tipos ideais weberianos de racionalização, dominação e gestão.
542 Desse modo, Holanda identifica na cultura brasileira elementos característicos das sociedades tradicionais definidas
543 por Weber, orientadas, em boa medida, por aspectos irracionais ou pela racionalidade material.

544 Nada é mais próximo da perspectiva sociológica de Max Weber do que a busca por elementos orientadores da
545 ação social, considerando a racionalidade envolvida no sentido dessa ação. Desse modo, é possível identificar,
546 pelo menos, dois elementos fundamentais na orientação da conduta: a) a moral, incorporada como valor pelo
547 indivíduo e b) as instituições, atuando como força coercitiva externa ao indivíduo. Nesse sentido, a ação social
548 racional pode ser orientada, por exemplo, pelos valores constituintes da cultura e absorvidos pelo indivíduo ou
549 pelo cálculo do meio mais eficiente para se realizar certo objetivo, considerando, inclusive, as possibilidades de
550 coerção institucional. Ainda, é possível pensar a ação social, em termos weberianos, orientada por elementos
551 não racionalizados como a tradição, caracterizada pela reprodução irracional dos costumes, ou pela emoção, pelo
552 afeto, enfim... pela cordialidade, no sentido empregado por Holanda.

553 No que se refere à questão das condicionantes internas, Holanda procurou demonstrar, através da análise do
554 desenvolvimento do personalismo, a forma como a cultura brasileira produziu uma ética da pessoalidade, negando
555 a abstração impessoal no trato entre os indivíduos e na gestão pública. A figura do "homem cordial" vai além e
556 se caracteriza, de forma própria, pela presença de um sistema legal bem definido, segundo Holanda, não é suficiente
557 para produzir uma conduta racionalizada nos indivíduos, visto que "não são as leis escritas, fabricadas pelos
558 juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações" (Ibid. p.
559 178). Ainda que leis formais e abstratas possam ser criadas, a prática cotidiana, tanto de cidadãos, quanto de
560 funcionários públicos, orienta-se, acentuadamente, pela cordialidade, pela pessoalidade e pelo afeto. Ou seja, a
561 possibilidade de coerção externa através das instituições encontra obstáculo na visão de mundo produzida pela
562 cultura fortemente influenciada pelo personalismo.

563 Mesmo modificando sua fonte de legitimidade da figura personalizada do imperador para a figura impessoal e
564 abstrata da Lei, o Brasil republicano, segundo Holanda, manteve a prática personalista como elemento central,
565 tanto da cultura, quanto das instituições sociais: [...] o Estado não teria rompido com a família, o que implica,
566 necessariamente, que as relações de sangue não foram substituídas por instituições e relações sociais impessoais.
567 Mais do que isso, o caráter das leis não é universal, já que elas só são aplicadas àqueles que se encontram fora
568 desses círculos de parentesco e amizade. (CARVALHO, 2011. P. 89).

569 Tanto a esfera institucional, quanto a esfera cultural foram, portanto, influenciadas pela cultura ibérica e
570 pelos elementos patriarcais e patrimoniais. A cultura, a partir do patriarcalismo típico dos engenhos, produziu o
571 "homem cordial" e este, com a ampliação da lógica patriarcal para a administração pública, produziu instituições
572 que negam a racionalização objetiva e a impessoalidade.

573 O estabelecimento de uma sociedade brasileira de acordo com a definição weberiana 31 II.

574 Considerações Finais de sociedade moderna, baseada na racionalização das esferas sociais, caracterizada, em
575 particular, pela dominação legal, pelo Direito formal e abstrato, pela economia capitalista racionalizada, pela
576 democracia e pela administração pública técnica e impessoal encontra, de acordo com Holanda, um profundo
577 obstáculo na cultura brasileira, fundada no patrimonialismo, na pessoalidade, na indistinção entre domínio público
578 e privado e na figura do homem cordial, avesso a grande parte dos elementos racionalizantes da sociedade.
579 Nesse sentido, a análise de Buarque de Holanda aproxima o Brasil muito mais das sociedades tradicionais,
580 patrimoniais, não racionalizadas, estudadas por Weber do que das sociedades modernas pautadas pelo rigor
581 formalista impessoal.

582 A perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda a respeito dos elementos constitutivos da sociedade brasileira,
583 fortemente influenciada pela teoria weberiana, permite lançar luz, ainda hoje, sobre comportamentos individuais
584 e práticas sociais.

585 Sem ignorar o longo período de mais de oitenta anos que separa a publicação de Raízes do Brasil do período
586 contemporâneo e, portanto, sem ignorar as ??1 Convém sempre acentuar que a perspectiva epistemológica de
587 Max Weber possui viés sócio-histórico e empírico, não representando qualquer formulação de tipo normativo,
588 teleológico ou valorativo. Nesse sentido, os diferentes arranjos sociais são resultado de contingências históricas,
589 não sendo possível estabelecer critérios científicos de superioridade ou de preferência ética entre as diferentes
590 sociedades. The Sérgio Buarque De Holanda's Weberian Thought as an Explanation for Corruption in Brazilian
591 Society modificações profundas por que passou a sociedade brasileira durante esse período, é possível buscar na
592 obra de Holanda elementos que ainda contribuem para a explicação do fenômeno da corrupção no Brasil.

593 Se entendermos a prática da corrupção como proposta neste artigo, ou seja, como uma prática que utiliza o
594 poder político junto à esfera estatal para a obtenção de benefícios privados em desacordo com o ordenamento legal
595 vigente e se buscarmos as abordagens constituintes da análise do fenômeno de corrupção nas Ciências Sociais, em
596 particular a dimensão cultural e a perspectiva da escolha racional, encontraremos em Raízes do Brasil indicações
597 preciosas para a compreensão do fenômeno.

598 Do ponto de vista da conduta individual, ou seja, do valor que atua internamente na orientação da ação,

599 o patrimonialismo presente em nossa cultura obscurece uma diferenciação apropriada entre domínio público e
600 domínio privado, além de reafirmar a dimensão do interesse pessoal sobre o interesse coletivo. Caso se entenda
601 tal perspectiva como válida ainda hoje, é plausível considerar que o refreamento pessoal da conduta (no caso, a
602 prática da corrupção) não seja predominante em virtude da ausência do respeito à coisa pública como um valor
603 em si, culturalmente hegemônico. Ou seja, um dos elementos centrais para a orientação da conduta individual, o
604 respeito a certos valores socialmente consagrados e incorporados pelo indivíduo, não incluiria de forma profunda
605 e contundente a diferenciação entre público e privado e o consequente respeito ao que pertence à esfera pública.
606 Nesse sentido, o pensamento de Holanda representaria uma contribuição valiosa ao apontar o fundamento sócio-
607 hist órico desse traço de nossa cultura. Do ponto de vista institucional, considerando tais instituições como
608 agentes externos ao indivíduo, a coerção a partir do conjunto de leis, normas, regras, regimentos, vigilância,
609 fiscalização, punições, entre outros, levaria os indivíduos a calcularem os custos e benefícios da ação corrupta.
610 Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, em trecho já citado neste artigo, nossa conduta não é afeita à submissão
611 a normas que não nos beneficiem. Desta forma, a tendência a se beneficiar do ato corrupto se contrapõe aos
612 custos do mesmo ato. Porém, como deixa claro Sérgio Buarque, as instituições brasileiras, originadas da expansão
613 do patriarcalismo, apresentam pouca ameaça ao agente corrupto, tornando consideravelmente baixos os custos
614 e atrativamente altos os benefícios. A frouxidão das leis, da vigilância e das punições em relação à corrupção
615 tem caracterizado amplamente nossa vida pública nos mais de oitenta anos posteriores à publicação de Raízes do
616 Brasil, o que indica que, de alguma forma, a dimensão institucional não vem produzindo um condicionamento
617 da ação individual nos níveis adequados quando se trata de inibir a corrupção.

618 A conjunção entre flexibilidade moral e cultural, de um lado, e frouxidão (ou tibieza, para usarmos o termo
619 de Holanda) institucional, de outro lado, propicia e torna atrativa a corrupção. Embora não tenha sido o objeto
620 do estudo de Holanda, sua análise dos fundamentos do comportamento brasileiro possibilitou uma ampliação do
621 estudo da corrupção para além do ato em si, buscando suas raízes em nossa própria constituição sócio-histórica
622 e produzindo tipos ideais de sua época com os quais podemos comparar as práticas contemporâneas.

623 Se, por um lado, entender uma obra clássica como definição conclusiva e imutável de certo traço social ou
624 cultural representa um inaceitável determinismo, ignorar, por outro lado, as contribuições de tal obra, ou tratá-la
625 apenas como instrumento histórico desprovido de valor explicativo contemporâneo, significa negar o próprio
626 desenvolvimento científico como conhecimento cumulativo.

627 Ao identificar a figura do homem cordial, orientado pelo afeto, e situá-lo como produto e produtor de uma
628 ética, de uma cultura, de instituições e de práticas, hoje, visceralmente ligadas à corrupção, a obra de Sérgio
629 Buarque representa uma perspectiva analítica basilar para as Ciências Sociais brasileiras. Nesse sentido, sua
630 abordagem pode ser considerada como uma contribuição de raro valor que, ainda hoje, nos permite entender
631 melhor nossa própria sociedade.

632 11 Bibliografia

Figure 1:

Figure 2:

11 BIBLIOGRAFIA

energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma correspondente disciplinadoras, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (1995, p. 61) 28

estagnação ou antes uma atrofia das qualidades ordenadoras, racionalizadoras. Quer dizer,

Figure 3:

633

1 2 3 4 5

¹Uma Comissão de Inquérito possui, segundo a Constituição Federal de 1988, poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, com isso, o Parlamento possui meios para realizar uma investigação, com arguição de testemunhas, análise de provas, etc. e suas conclusões devem ser enviadas ao Ministério Público que, quando for o caso, requererá a responsabilização civil ou criminal. (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) conhecida como "CPMI do Orçamento", que buscava apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União. José Carlos Alves, era assessor da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e, em entrevista à revista Veja, em outubro de 1993, denunciou um esquema de

²© 2020 Global JournalsThe Sérgio Buarque De Holanda's Weberian Thought as an Explanation for Corruption in Brazilian Society

³Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/curitiba/acoes/processo-penal-50/sentenca/arquivo> Acesso: 07/03/2020.13 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/curitiba/acoes/processo-penal-50/sentenca/arquivo> Acesso: 07/03/2020.

⁴Year 2020 © 2020 Global JournalsThe Sérgio Buarque De Holanda's Weberian Thought as an Explanation for Corruption in Brazilian Society

⁵A esse respeito, ver: WEBER, Max. "Política como vocação". In: *Ensaio de Sociologia*. 2013.19 Para uma interpretação alternativa do conceito de patrimonialismo, ver: SELL, C. E. *As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional*. 2016.

-
- 634 [Neto ()] *A formação do Estado brasileiro: Patrimonialismo, burocracia e corrupção. Revista do mestrado em*
635 *Direito UCB*, L H R Neto . 2008. 2 p. .
- 636 [Weber ()] 'A psicofísica do trabalho industrial. (Série Ciências Sociais na Administração, Departamento de
637 Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP)'. M Weber . *São Paul o: Editora*
638 *Alphagraphics*, 2009.
- 639 [Carvalho ()] *A teoria weberiana na invenção do Brasil: uma análise de raízes do Brasil de Sérgio Buarque de*
640 *Holanda*, A D Carvalho . 2011. Intratextos, Rio de Janeiro.
- 641 [Filgueiras ()] 'A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática
642 social'. Fernando Filgueiras . 10.1590/S0104-6276200900020%200005. [https://doi.org/10.1590/](https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005)
643 [S0104-62762009000200005](https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005) *Opinião Pública* 2009. 15 (2) p. .
- 644 [Souza ()] 'A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro'. Jessé Souza . [https://doi.org/10](https://doi.org/10.1590/Revista%20brasileira%20de%20Ci%C3%AAncias%20Sociais) *Revista*
645 *brasileira de Ciências Sociais* 1998. 13.
- 646 [Weber ()] *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*, M Weber . 2004. São Paulo: Companhia das
647 Letras.
- 648 [Sell ()] *As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional. X*
649 *Congresso da ABCP. Anais*, C E Sell . 2016. Belo Horizonte, ABPC.
- 650 [Souza and Luiz De ()] 'As raízes e o futuro do "Homem Cordial" segundo Sérgio Buarque de
651 Holanda'. Ricardo Souza , Luiz De . 10.1590/S0103-49792007000200011. [https://doi.org/10.1590/](https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200011)
652 [S0103-49792007000200011](https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200011) *Caderno CRH* 2007. 20 p. .
- 653 [Weber ()] *Ciência e política: duas vocações. São Paul o: Cultrix*, M Weber . 2011.
- 654 [Esteves and Lavigne ()] 'Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização'. Paulo Luiz
655 Moreaux Esteves , Lavigne . 10.1590/S0102-69091998000100006. [https://doi.org/10.1590/](https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000100006)
656 [S0102-69091998000100006](https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000100006) *Revista brasileira de Ciências Sociais* 1998. 13.
- 657 [Holanda ()] 'Corpo e alma do Brasil. Entrevista'. S B Holanda . *Revista Novos Estudos Cebrap*, n 2004. 69 p. .
- 658 [Glaeser and Goldin ()] *Corruption and Reform: lessons from America's economic history*, E Glaeser , C Goldin
659 . 2006. Chicago: University of Chicago Press.
- 660 [Praça ()] 'Corrupção e reforma institucional no Brasil'. S Praça . *Opinião Pública* 2011. 1988-2008. 17 (1) .
- 661 [Weber ()] *Ec onomia e sociedade*, M Weber . 1999b. Brasília: Editora UnB. 2.
- 662 [Weber ()] *Economia e sociedade. (Vo1. 1)*, M Weber . 1999a. Brasília: Editora UnB.
- 663 [Weber ()] *Ensaaios de sociologia*, M Weber . 2013. Rio de Janeiro: LTC.
- 664 [Holanda ()] S B Holanda . *Visão do*, (Paraíso. São Paulo) 1994. Brasiliense.
- 665 [Waizbort ()] 'O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil'. Leopoldo Waizbort
666 . 10.1590/S0%20102-69092011000200003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003> *Re-*
667 *vista Brasileira de Ciências Sociais* 2011. 1936. 26 (76) p. .
- 668 [Carvalho ()] 'Passado, presente e futuro da corrupção brasileira'. J M Carvalho . *Avritzer; et al (org.). Corrupção:*
669 *ensaaios e críticas*, (Belo Horizonte) 2012.
- 670 [Domingues ()] 'Patrimonialismo e neopatrimonialismo'. J M Domingues . *Avritzer; et al (org.). Corrupção:*
671 *ensaaios e críticas*, (Belo Horizonte) 2012.
- 672 [Ribeiro ()] *Patrimonialismo e personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil. XIX Encontro*
673 *Nacional do CONPEDI*, I L Ribeiro . 2010. Fortaleza.
- 674 [Holanda ()] 'Raízes do Brasil'. S B Holanda . *Companhia das letras*, (São Paulo) 1995.
- 675 [Holanda ()] 'Raízes do Brasil (edição comemorativa 70 anos)'. S B Holanda . *Companhia das Letras*, S Holanda
676 (ed.) (São Paulo) 2006. p. . (Corpo e Alma do Brasil)
- 677 [Reis ()] F W Reis . *Avritzer; et al (org.). Corrupção: ensai os e críticas*, (Belo Horizonte) 2012. (Corrupção,
678 cultura e ideologia)
- 679 [Pierucci and Á?"nio Flávio ()] 'Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a
680 acessar aquele velho sentido'. Ant Pierucci , Á?"nio Flávio . 10.1590/S0102-69091998000200003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003> *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1998. 13 (37)
681 [//doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003](https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003)
682 p. .
- 683 [Pesavento and Jatahy (ed.) ()] *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*, Sandra
684 Pesavento , Jatahy . PESAVENTO, Sandra Jatahy (ed.) 2005. Org.; Belo Horizonte. (Cartografias do tempo:
685 palimpsestos na escrita da história)
- 686 [_____] () 'Weber'. _____. *Avritzer; et al (org.). Corrupção: ensaios e críticas*, (Belo
687 Horizonte) 2012.